

STJ00115483

**ALEXANDRE BURMANN**

# **FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL**

**TEORIA E PRÁTICA DO PROCESSO ADMINISTRATIVO  
PARA APURAÇÃO DE INFRAÇÕES AMBIENTAIS**

Londrina/PR  
2022

  
**THOTH**  
EDITORA

Dados Internacionais de Catalogação na  
Publicação (CIP)



Burmann, Alexandre.  
**Fiscalização Ambiental: Teoria e prática do processo administrativo para apuração de infrações ambientais** / Alexandre Burmann. – Londrina, PR: Thoth, 2022.

202 p.

Bibliografias: 129-133

ISBN : 978-65-5959-337-8

1. Direito Ambiental. 2. Direito Administrativo. I. Título.

CDD 341.347

**Diagramação e Capa:** Editora Thoth

**Revisão:** Claudia Vanessa Bergamini

**Editor chefe:** Bruno Fuga

**Coordenador de Produção Editorial:** Thiago Caversan Antunes

**Diretor de Operações de Conteúdo:** Arthur Bezerra de Souza Junior

**Índices para catálogo sistemático**

1. Direito Ambiental : 341.347

**Conselho Editorial (Gestão 2022)**

Prof. Me. Anderson de Azevedo • Me. Aniele Pissinati • Prof. Dr. Antônio Pereira Gaio Júnior • Prof. Me. Alberto Shinji Higa • Prof. Dr. Arthur Bezerra de Souza Junior • Prof. Dr. Bruno Augusto Sampaio Fuga • Prof. Dr. Clodomiro José Bannwart Junior • Prof. Me. Daniel Colnago Rodrigues • Prof. Dr. Fábio Ricardo R. Brasilino • Prof. Dr. Flávio Tartuce • Me. Gabriela Amorim Paviani • Prof. Dr. Guilherme Wunsch • Prof. Me. Ivan Martins Tristão • Prof. Me. Júlio Alves Caixêta Júnior • Prof. Esp. Marcelo Pichioli da Silveira • Prof.ª. Dra. Marcia Cristina Xavier de Souza • Esp. Rafaela Ghacham Desiderato • Prof.ª. Dr. Rita de Cássia R. Tarifa Espolador • Prof. Dr. Thiago Caversan Antunes • Prof. Dr. Zulmar Fachin

1229878

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem autorização. A violação dos Direitos Autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98.

Todos os direitos desta edição são reservados pela Editora Thoth. A Editora Thoth não se responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta obra por seus autores.

# SUMÁRIO

AUTOR.....	7
PALAVRA DO AUTOR.....	11
APRESENTAÇÃO.....	13
PREFÁCIO .....	15

## CAPÍTULO 1

RESPONSABILIDADE AMBIENTAL.....	21
1.1 Responsabilidade Ambiental Constitucional.....	21
1.2 Responsabilidade Administrativa Ambiental .....	25
1.3 Responsabilidade Administrativa Ambiental na Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.....	28
1.4 Elemento subjetivo ou nexo de causalidade? .....	33
1.5 Do Parecer da Procuradoria-Geral do Ibama.....	35

## CAPÍTULO 2

COMPETÊNCIA PARA FISCALIZAÇÃO.....	39
2.1 Constituição Federal e Regras de Competência.....	39
2.2 Características Gerais da LC n.º 140/11.....	42
2.3 Requisitos mínimos para o licenciamento (e fiscalização) .....	44
2.4 O que é órgão ambiental capacitado? .....	46
2.5 Conselho de Meio Ambiente.....	47
2.6 Lei Complementar n.º140/11 e a Competência para Fiscalizar.....	48

## CAPÍTULO 3

FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL.....	55
3.1 Infração Administrativa Ambiental.....	55
3.2 Base Legal.....	60
3.3 Princípios de processo administrativo ambiental .....	61

3.4 Da Ação Fiscal.....	68
3.5 Do Acesso às Propriedades, Empresas e Domicílios.....	76
3.6 Da atuação e competência do fiscal ambiental.....	79
3.7 Da autoatuação.....	81
<b>CAPÍTULO 4</b>	
<b>PROCESSO ADMINISTRATIVO AMBIENTAL .....</b>	<b>85</b>
4.1 Considerações Iniciais.....	85
4.2 Do Infrator.....	86
4.3 Principais Prazos .....	87
4.4 Contagem de prazos .....	89
4.5 Do uso do Decreto Federal nº 6.514/08 x legislação especial (municipal/estadual).....	90
4.6 Fases do processo administrativo ambiental.....	92
4.6.1 Investigação preliminar .....	92
4.6.2 Auto de Infração .....	95
4.6.3 Infrações Administrativas Específicas .....	99
4.6.4 Sanções Administrativas .....	100
4.6.5 Da Conciliação .....	110
4.6.6 Defesa .....	112
4.6.7 Instrução e Julgamento .....	113
4.6.8 Recurso .....	119
4.6.9 Conversão de multa e termo de compromisso ambiental .....	121
4.6.10 Prescrição .....	125
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>129</b>
<b>ANEXOS</b>	
CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ARTIGO 225 .....	135
LEI COMPLEMENTAR N° 140, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2011.....	136
LEI FEDERAL N° 9.605/98 – CRIMES AMBIENTAIS.....	147
DECRETO N° 6.514, DE 22 DE JULHO DE 2008.....	149